



30 DE JUNHO DE 2015

Terça-feira

- INDÚSTRIAS DE SP E MG PEDEM DIREITO À ENERGIA BARATA CONCEDIDA AO NORDESTE
- Avanço no mercado de pistões de aço para automóveis
- Empresa sob suspeita tem 12 contratos vigentes com governo do Paraná
- Os investidores querem aplicar dinheiro no Brasil
- Banco Central deve reduzir intervenção no mercado de câmbio em julho
- Brasil e Estados Unidos assinam plano para facilitar comércio bilateral
- Shineray inaugura fábrica de motos em Suape
- Audi e Land Rover têm veículos com menos ponto cego, diz Cesvi
- Ford aplica visão de 180 graus nos modelos S-Max e Galaxy
- Iveco entrega 40 caminhões para bombeiros de São Paulo
- Governo publica resolução que reduz meta da inflação para 2017
- Grupo com sede nos EUA eleva participação em ações da Vale
- Montadoras e fornecedores buscam socorro bilionário de suas matrizes
- Mercado vê forte desaceleração em 2016
- China pode aumentar compras da indústria
- Fábrica de máquinas agrícolas reduz produtividade para evitar demissões
- Portaria que altera NR 12 é avanço, mas norma precisa de

mudanças profundas

- Indicadores ruins
- Novos Projetos de Lei Federal
- Cooperativa agroindustrial investe R\$ 290 mi no PR
- Confiança da indústria cai 4,9% em junho e renova menor nível da série, diz FGV
- ANTT publica regulamentação para transporte rodoviário interestadual e internacional
- Grande BH terá fábrica de quindaste
- Alteração da Lei referente retenção do PIS/COFINS/CSSLL 4,65%
- Crise se agrava no setor mineiro de fundição
- Mercedes garante por um ano os empregos em Juiz de Fora
- Crusader estenderá extração de minério de ferro em Caeté
- Usiminas fechará sede às sextas-feiras para reduzir custos
- Vallore deve eliminar 3º Turno no Barreiro

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 30/06/2015 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,110 | 3,111 |
| Euro | 3,469 | 3,470 |

Fonte: BACEN

Indústrias de SP e MG pedem direito à energia barata concedida ao Nordeste

30/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

As indústrias eletrointensivas de São Paulo e Minas Gerais estão pedindo isonomia ao governo federal para também terem direito à energia barata e de longo prazo que foi concedida a sete indústrias localizadas no Nordeste por meio da Medida Provisória 677, que está em tramitação no Congresso Nacional.

O governo federal prorrogou contratos que empresas como Braskem, Vale e Gerdau tinham com a Chesf, subsidiária da Eletrobrás, a preços que vão girar em torno de R\$ 130

o megawatt/hora, em contratos de 20 anos, e que não são encontrados hoje no mercado de energia.

Essa energia virá da usina hidrelétrica de Sobradinho, que já teve sua concessão vencida e que vai fornecer boa parte dos cerca de 800 MW que são necessários para abastecer as plantas da Braskem, Vale, Gerdau, Dow Química, Ferbasa, Mineração Paraíba e Paranapanema na região.

O preço da energia de Sobradinho é de R\$ 30 e a diferença que será paga por esses consumidores irá para um fundo criado pela MP, que tem o objetivo de incentivar a geração de energia na região. Segundo o Ministério de Minas e Energia, os investimentos estimados são de pelo menos R\$ 13 bilhões.

Mas esse conjunto de ações compilado na MP é questionado por São Paulo, que entende que não só seus consumidores não foram tratados isonomicamente como também a geradora que pertence ao governo, a Cesp, foi preterida do processo.

A alegação é que a Chesf tende a se beneficiar dos investimentos anunciados. O secretário de energia do governo de São Paulo, João Carlos Meirelles, diz que o governo paulista, por meio de uma emenda apresentada ontem pelo deputado tucano Mendes Thame à MP 677, sugere que se crie um fundo nacional para que também a Cesp possa ter nova geração de energia e que os consumidores tenham acesso à energia de uma das usinas que estão com a concessão vencendo neste ano.

Isonomia. Em Minas Gerais, a indústria de ferro-ligas está usando sua bancada de deputados para tentar a isonomia de preços e prazos, também por meio de emendas à MP.

Segundo o vice-presidente da Associação do setor (Abrafe), Henrique Zica, desde o fim dos contratos que essa indústria tinha com a Cemig, a produção paralisou. Os contratos que giravam em torno de R\$ 80 o MWh, venceram no fim do ano passado e foram interrompidos em função do fim das concessões de algumas hidrelétricas da Cemig.

De março para cá, já foram três mil demissões. "O argumento é que no Nordeste a indústria fecharia, aqui já está fechando", diz Zica.

O custo da energia para essas indústrias representa entre 20% e 50% de seus gastos totais. Como o preço da energia subiu drasticamente, a oferta está escassa e no mercado à vista está em torno de R\$ 400, a opção foi paralisar atividades.

As indústrias beneficiadas alegam que têm um tratamento jurídico especial, pois são as únicas no País ligadas diretamente a uma empresa geradora. Ou seja, não são cativos, atendidos pelas distribuidoras, ou livres, como as empresas que compram energia no mercado.

Essas empresas já tiveram seus contratos renovados em 2010 por cinco anos e, segundo fontes, o compromisso era de que depois elas migrassem para o mercado livre. Esse teria sido o motivo de vários vetos da presidente Dilma Rousseff a emendas de prorrogação dos contratos.

Uma das empresas mais beneficiadas foi a Braskem, que pertence ao grupo Odebrecht. Gustavo Checcucci, da Braskem, diz que não havia qualquer compromisso e a lei deixava claro que a questão seria resolvida junto com o fim das concessões.

Questionado se houve algum privilégio, o Ministério de Minas e Energia informou, por nota, que a engenharia financeira só foi possível pelo lastro da energia de Sobradinho e que a renovação não foi integral, atingindo apenas dois terços da energia até então destinada às empresas.

O ministério diz não descartar soluções para eletrointensivas instaladas em outras regiões do País, desde que atendidos requisitos semelhantes.

Avanço no mercado de pistões de aço para automóveis

30/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os pistões de aço para veículos com motores diesel desenvolvidos pela KS Kolbenschmidt GmbH, Neckarsulm, em conjunto com o cliente Daimler e colaboração do parceiro Hirschvogel, recebeu o Prêmio Inovação de Aço 2015.

Na cerimônia de premiação em Berlim, o Dr. Alexander Sagel, chefe da divisão Hardparts, fornecedor da indústria automobilística KSPG AG (um membro do Grupo Rheinmetall), juntamente com representantes das empresas envolvidas, recebeu o prêmio das mãos da Prof^a. Dr^a. Johanna Wanka, Ministra Federal da Educação e Pesquisa.

Após utilização em veículos comerciais e de corrida, os pistões de aço encontram aplicação em automóveis de motores diesel. O primeiro pistão diesel de todo o mundo, com produção em grande escala, o premiado KS Kolbenschmidt GmbH, é o V6 da Mercedes-Benz E-Class (E 350 BlueTEC). E a história de sucesso continua.

Segundo o Dr. Sagel, "atualmente estamos observando grande interesse dos clientes nessa tecnologia. Na verdade, os planos iniciados agora para a futura geração de motores diesel europeus da linha pesada prevêm, quase todos, a produção de pistões em aço".

Pistões de aço para veículos com motores diesel são impressionantes por sua alta performance e redução significativa de emissão de CO₂. Os pistões são conhecidos por estarem, na maior parte, entre os componentes do motor que trabalham em regime severo.

As medidas adotadas para reduzir o consumo e as emissões de CO₂ associadas são baseadas na redução de fricção, melhora dos processos de combustão e uso de materiais leves.

Até 50% da fricção mecânica dentro do motor é causada pelo pistão e pistão/cilindro. No futuro, os desafios mecânicos e térmicos que enfrentam os componentes de motor irão aumentar ainda mais, como resultado das estratégias de redimensionamento, tais como o deslocamento reduzido e um menor número de cilindros.

Com o seu design inovador e as propriedades do material, os pistões de aço são predestinados a motores muito compactos com amplas reservas de potência. Graças à alta resistência do material, os pistões de aço podem ser projetados com alturas menores e paredes mais finas do que os de alumínio.

Assim, a altura de compressão do pistão foi reduzida em cerca de 30% tanto para a adaptação de espaço quanto para os benefícios de redução de peso.

Outras vantagens do aço incluem a sua expansão térmica mais baixa (comparada com o alumínio) e a baixa condutividade térmica. Essas características por sua vez, impulsionam a capacidade de ignição e reduzem o período de combustão.

Desta forma, a eficiência termodinâmica do motor é visivelmente melhorada, resultando em reduções sensíveis tanto no consumo de combustível como de emissões.

Os pistões de aço da KS Kolbenschmidt consistem de um forjamento e são formadas usando a patenteada técnica inovadora, a qual produz uma passagem selada do líquido de arrefecimento.

A resultante parede mais fina entre a passagem do líquido de arrefecimento e a zona de calor do pistão é o segredo para um arrefecimento eficiente.

A inovação dos pistões de aço presente no motor V6 diesel da Mercedes-Benz E-Class ajuda a reduzir o consumo de combustível em mais de 3%, documentando o elevado nível do aço e as competências inovadoras dos fornecedores da indústria automobilística alemã e dos automóveis OEMs. Pistões de aço também são usados em motores de quatro cilindros da Mercedes-Benz.

O presente prêmio não é a primeira conquista pelos pistões de aço. No outono passado, a KS recebeu o MATERIALICA Design + Technology "Best of Award" por sua alta eficiência em CO2.

Empresa sob suspeita tem 12 contratos vigentes com governo do Paraná

30/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Alvo de uma auditoria dentro da Secretaria de Educação do Paraná (Seed), a empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais, de Curitiba, tem atualmente pelo menos 12 contratos com o governo estadual.

Em todos eles, houve aprovação de aditivos contratuais. Em quatro casos, os aditivos já permitiram que a empresa extrapolasse a própria data de vigência do contrato. Uma das obras é a revitalização do Parque do Monge, na Lapa, que teve o prazo de entrega esticado.

Também foram adiadas as inaugurações das quadras cobertas para os colégios estaduais Doracy Cezarino, em Curitiba, e Campo Distrital de Joá, em Joaquim Távora, e as obras de ampliação e de reparos em outro colégio estadual da capital, o Amâncio Moro.

A empresa

Desde sexta-feira (26), a reportagem tenta contato com a Valor Construtora. Os telefones informados nos anúncios de internet não atendem ou "não existem". Ainda na quinta-feira (25), quando a auditoria da Seed foi revelada, a responsável pelo setor jurídico da empresa, que se identificou como Úrsulla Andrea Ramos, disse desconhecer o teor da apuração mas reforçou a regularidade das obras.

Em consulta à Receita Federal, consta que a Valor Construtora, com sede no bairro Santa Quitéria, em Curitiba, é uma empresa individual aberta em setembro de 2010 e administrada por Vanessa Domingues de Oliveira.

Em documentos disponíveis por meio do governo estadual, aparecem outros dois representantes legais da construtora, Eduardo Lopes de Souza e Tatiane de Souza. Desde sexta-feira (26), a reportagem tenta sem sucesso falar com os empresários.

União diz que já repassou quase 40% dos recursos

Das sete obras de escolas estaduais que são alvos da auditoria da Seed, cinco têm recursos do governo federal, repassados através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Na sexta-feira (26), procurada pela **Gazeta do Povo**, a assessoria de imprensa do FNDE informou que, em média, quase 40% do valor pactuado com o governo do Paraná já tinha sido repassado para as cinco obras.

Sobre as irregularidades já apontadas na auditoria, a assessoria de imprensa informou que o FNDE e o Ministério da Educação "estão apurando as informações disponíveis e entrarão em contato com a Secretaria da Educação do Paraná para apurar a situação".

O levantamento foi feito pela reportagem com base nos dados disponibilizados pelo governo estadual na internet. Conforme revelado na semana passada pela imprensa, a Valor Construtora e Serviços Ambientais é suspeita de fraudar ordens de pagamento com a participação de fiscais ligados à Seed e também com a ajuda de Maurício Jandoi Fanini Antonio, ex-diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da pasta. Ele foi exonerado do Executivo no início de junho, em meio às investigações sobre o suposto esquema.

Na última quinta-feira (25), a secretária de Educação, Ana Seres, convocou a imprensa para divulgar a abertura de uma auditoria interna em maio para apurar irregularidades em sete contratos de obras de escolas estaduais assinados entre a Valor Construtora e a pasta.

Sem revelar detalhes, a secretária informou na ocasião que o suposto esquema destinava valores maiores à empresa por serviços que ainda nem tinham sido prestados.

O caso também é alvo do Ministério Público do Estado, que em abril iniciou um inquérito civil, e também da Sétima Inspeção do Tribunal de Contas do Estado, que desde janeiro se debruça sobre a lista de obras da Seed – que teria ainda outras construtoras sob suspeita.

Entre as sete obras tratadas na auditoria, há discrepâncias milionárias entre o que foi executado pela empresa e o que já foi efetivamente pago. De acordo com a Sétima Inspeção do TC, duas novas escolas que mal "saíram do papel" em Campina Grande do Sul, na região metropolitana de Curitiba, já renderam cerca de R\$ 9 milhões à empresa. O custo total das sete obras hoje, somando aditivos, é de aproximadamente R\$ 30 milhões, entre recursos do governo estadual e do governo federal.

Parque da Lapa

A Valor Construtora ganhou em 2013 a concorrência para fazer as obras de melhorias no Parque Estadual do Monge, na Lapa, região metropolitana de Curitiba, por R\$ 1,3 milhão. O contrato foi firmado com a autarquia Paraná Edificações, ligada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, sob o comando de José "Pepe" Richa, e teria vigência entre janeiro e dezembro de 2014.

Mas um primeiro aditivo foi autorizado em maio de 2014, prorrogando o fim do contrato para abril deste ano. Um segundo aditivo, assinado em março último, permitiu levar o encerramento do contrato para outubro.

Agora, no começo deste mês, um terceiro aditivo adiou o fim do contrato para dezembro. Os aditivos são assinados pelo diretor-geral da Paraná Edificações, Luiz Fernando de Souza Jamur.

Reformas de escolas têm problemas de execução

O contrato entre a Seed e a Valor Construtora para reparos e melhorias no Colégio Estadual Amâncio Moro, no Jardim Social, em Curitiba, era para durar entre abril de 2013 e agosto de 2014. Mas, um primeiro aditivo, assinado em maio de 2014, prorrogou o prazo de entrega da obra, dando mais 8 meses ao contrato, e aumentou o valor do serviço em quase R\$ 600 mil, de R\$ 2,3 milhões para R\$ 2,9 milhões.

Neste caso, a vigência do contrato seguiria até abril deste ano, mas a reportagem não conseguiu esclarecer se houve ou não a entrega da obra, já que, na Seed, a informação é de que todos os contratos que são alvos da auditoria – caso da Amâncio Moro – estão “em vigor”. Em contato direto com a escola, a informação é de que a obra não está completa e que houve problemas na execução.

Também em Curitiba, na Vila Parolin, os alunos do Colégio Estadual Doracy Cezarino aguardavam uma quadra esportiva coberta para ser entregue até março de 2015. Mas um primeiro aditivo entre a Seed e a Valor Construtora prorrogou a inauguração em 6 meses.

Em contato direto com a escola, contudo, a informação é de que nenhum funcionário da empresa está trabalhando no local. Um segundo aditivo também elevou os custos da obra, de R\$ 306 mil para R\$ 375 mil.

Caso semelhante aconteceu em Joaquim Távora, onde uma quadra esportiva coberta era aguardada pelos alunos do Colégio Estadual do Campo Distrital Joá.

O primeiro aditivo adiou a entrega da obra de março para setembro deste ano. O segundo aditivo aumentou o valor de R\$ 311 mil para R\$ 386 mil.

12 OBRAS

Veja quais obras são de responsabilidade da empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais em contratos com o governo do Paraná através da Secretaria de Estado da Educação ou da Paraná Edificações (autarquia ligada à Secretaria de Infraestrutura e Logística):



CONTRATOS QUE SÃO ALVOS DA AUDITORIA DA SEED

| | Cidade | Valor inicial | Vigência |
|---|-----------|------------------|---------------------|
| AMPLIAÇÃO | | | |
| Colégio Estadual Professor Lysimaco Ferreira da Costa | Rio Negro | R\$ 3.999.648,44 | 17/12/13 a 17/12/15 |

CONSTRUÇÃO

| | | | |
|----------------------------------|---------------------------|------------------|---------------------|
| Colégio Estadual Jardim Paulista | Campina Grande do Sul | R\$ 4.227.869,70 | 08/04/14 a 04/12/16 |
| Colégio Estadual Willian Madi | Cornélio Procopio | R\$ 3.980.991,01 | 08/04/14 a 08/02/16 |
| Colégio Estadual Tancredo Neves | Coronel Vivida | R\$ 3.326.095,56 | 29/04/14 a 29/02/16 |
| Colégio Estadual Arcangelo Nandi | Santa Terezinha de Itaipu | R\$ 3.296.756,71 | 07/04/14 a 07/02/16 |
| Colégio Estadual Ribeirão Grande | Campina Grande do Sul | R\$ 2.994.227,78 | 08/04/14 a 08/02/16 |

REPAROS E MELHORIAS

| | | | |
|-------------------------------|----------|------------------|----------------------|
| Colégio Estadual Amâncio Moro | Curitiba | R\$ 2.336.177,34 | 16/04/13 a 16/08/14* |
|-------------------------------|----------|------------------|----------------------|

OUTROS CONTRATOS

AMPLIAÇÃO

| | | | |
|---|--------------|------------------|---------------------|
| Penitenciária Feminina do Paraná | Piraquara | R\$ 7.439.322,31 | 28/04/14 a 28/10/15 |
| Colégio Estadual Professora Linda Salamoni Bacila | Ponta Grossa | R\$ 1.416.450,47 | 19/01/15 a 15/11/15 |

CONSTRUÇÃO

| | | | |
|--|----------------|----------------|----------------------|
| Quadra esportiva coberta no Colégio Estadual do Campo Distrital de Joá | Joaquim Távora | R\$ 311.692,52 | 28/05/14 a 28/03/15* |
| Quadra esportiva coberta no Colégio Estadual Doracy Cezarino | Curitiba | R\$ 306.682,66 | 28/05/14 a 28/03/15* |

REVITALIZAÇÃO

| | | | |
|--------------------------|------|------------------|----------------------|
| Parque estadual do Monge | Lapa | R\$ 1.383.742,38 | 10/01/14 a 10/12/14* |
|--------------------------|------|------------------|----------------------|

*prorrogado por aditivo

Fonte: Portal da Transparência do governo do Paraná. Infografia: Gazeta do Povo.

Os investidores querem aplicar dinheiro no Brasil

30/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Seis meses atrás, ações e títulos das empresas brasileiras estavam praticamente à beira da morte. O Brasil se afundava cada vez mais em uma recessão. Sua moeda, o real, vacilava. E a maior empresa do país, a Petrobras, gigante de energia controlada pelo governo, virou o foco de um escândalo de corrupção que envolveu políticos e enfraqueceu o governo da presidente Dilma Rousseff.

Embora o Brasil ainda esteja se recuperando de suas doenças econômicas, as mais importantes companhias do país estão atraindo investidores novamente. A presidente Dilma Rousseff tomou medidas para cortar o déficit no orçamento. E a Petrobras vendeu 2,5 bilhões de dólares em títulos com prazo de vencimento de 100 anos.

Mas os obstáculos permanecem. Os investidores perderam bilhões em empresas que estão sob investigação por causa de possíveis violações das leis de valores mobiliários. O real desvalorizou cerca de 40 por cento em relação ao dólar no último ano, aumentando as perdas dos investidores estrangeiros.

A inflação ainda está acima de 8 por cento. E, se os esforços do governo em estabilizar as dívidas da nação não derem certo, o medo de um rebaixamento na classificação de risco pode fazer com que a moeda caia ainda mais.

Mas algumas empresas estão explorando os mercados públicos. Sob nova administração desde fevereiro, a Petrobras — a mais endividada companhia de energia do mundo, com cerca de 130 bilhões de dólares em dívidas — mexeu-se rapidamente para refazer estoques de caixa.

Nos últimos dois meses, conseguiu mais de 11 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China, do Banco Standard Chartered e de três bancos brasileiros.

No começo de maio, a subsidiária brasileira da gigante espanhola de telecomunicações Telefônica emitiu um novo lote de ações e levantou 1,4 bilhão de dólares para ajudar a financiar a compra da unidade de telecomunicações Vivendi Brasil.

Uma corretora de seguros local, a Par Corretora, acabou de realizar sua oferta pública inicial de ações, tornando-se a primeira empresa brasileira a fazer isso em cerca de oito meses. Conseguiu apenas 190 milhões de dólares, mas excedeu o limite superior de sua meta.

“O sucesso das ofertas recentes mostra que há uma demanda para nomes de qualidade”, explica Jean-Marc Etlin, do banco de investimentos brasileiro Itaú BBA.

Novas transações devem acontecer. Espera-se que a companhia de resseguros IRB-Brasil também anuncie sua oferta pública inicial, com o objetivo conseguir 1,3 bilhões.

O governo tem interesse em ajudar a melhorar o mercado de capitais. As divisões de seguros do IRB e da Caixa Econômica Federal são parcialmente do governo, que anda ansioso para levantar dinheiro para fechar seu imenso déficit orçamentário.

A dívida do Brasil está em 7,5 por cento de seu produto interno bruto; em contraste, o déficit da Grécia ficou em 3,5 por cento no ano passado.

“O governo, por causa de sua necessidade de dinheiro, vai provavelmente ser agressivo na hora de abrir o capital das empresas que possui”, diz a analista Eliana Chimenti.

Espera-se uma arrecadação de cerca de quatro bilhões de dólares com a venda de reservas de petróleo na costa.

“As incertezas diminuíram o suficiente para que os investidores possam ver as oportunidades”, afirma Renato Ejnisman, chefe do Banco Bradesco BBI. “Existem bons nomes disponíveis a preços muito razoáveis.”

Banco Central deve reduzir intervenção no mercado de câmbio em julho

30/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Banco Central indicou que vai reduzir sua atuação no mercado de câmbio em julho. A instituição anunciou nesta segunda-feira (29) que iniciará na quarta-feira (1º) as operações de renovação dos contratos de câmbio que vencem no começo de agosto. A oferta no dia será de US\$ 340 milhões.

Se mantiver esse ritmo ao longo do mês, a instituição vai renovar menos de 70% do vencimento, que soma US\$ 10,675 bilhões

Em junho, o BC iniciou o mês indicando a renovação de 80% dos contratos, mas reduziu o ritmo ao longo das semanas e acabou por rolar cerca de 70%. Com isso, a instituição tirou do mercado cerca de US\$ 2,5 bilhões.

Em agosto, a primeira sinalização indica uma redução de US\$ 3,5 bilhões no estoque atual de contratos, que soma hoje US\$ 110,8 bilhões.

Swap cambial

Esses contratos equivalem à venda futura de dólares e são o principal instrumento de intervenção cambial do governo.

Nos contratos de swap cambial, o BC oferece ao mercado proteção contra a valorização do dólar. Quando a moeda norte-americana tem alta, o investidor é remunerado. Se o dólar cai, o BC tem ganho com a operação.

Brasil e Estados Unidos assinam plano para facilitar comércio bilateral

30/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Brasil e Estados Unidos deram nesta segunda-feira (29) o primeiro passo para fechar um acordo de reconhecimento mútuo na área de comércio exterior. A ideia é que as aduanas dos dois países deem tratamento menos burocrático e mais ágil para a entrada de mercadorias de empresas exportadoras certificadas como Operadores Econômicos Autorizados (OEAs).

O subsecretário de Aduana da Receita Federal, Ernani Checcucci, informou que o Brasil já tem hoje cinco empresas certificadas como OEA na área de segurança. Para receber esse

selo de qualidade elas tiveram que seguir uma série de procedimentos na área de segurança física da carga exportada, como cercamento das áreas de permanência das mercadorias e recrutamento especializado para funcionários responsáveis pela carga.

Em troca, a Receita dá a elas um tratamento diferenciado na exportação. Elas são reconhecidas como sendo de baixo risco e não precisam passar por processos como a abertura de containeres e escaneamento da carga.

Uma das empresas certificadas é a Embraer. E segundo o subsecretário, graças ao selo, ela conseguiu exportar na semana passada a primeira aeronave pelo canal verde, que é mais ágil. Também estão certificadas na área de segurança as empresas DHL, 3M e CNH América Latina (que faz parte do grupo Fiat).

Cronograma

A partir do acordo com os Estados Unidos, o tratamento diferenciado que é dado para as empresas no Brasil também valerá para os Estados Unidos. A previsão é que o acordo esteja pronto para ser colocado em prática em meados de 2016.

“O acordo será muito importante para o comércio e para alavancar as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Faremos operações com agilidade e mais segurança aduaneira”, afirmou o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, lembrando que já existem 15 empresas com pleitos para se tornarem OEAs na área de segurança.

A Receita também está trabalhando para passar a certificar empresas como OEAs não apenas no campo de segurança, mas também na área de conformidade (que trata de procedimentos aduaneiros) e de integração (que envolve a integração de procedimentos em diferentes órgãos de controle como a Vigilância Sanitária e Vigiagro).

Shineray inaugura fábrica de motos em Suape

30/06/2015 - Fonte: Automotive Business



A montadora chinesa Shineray inaugurou, enfim, sua fábrica de motos no Complexo Industrial de Suape (PE). A abertura vinha sendo adiada pelo menos desde março de 2014. A cerimônia ocorreu na segunda-feira, 29. A nova unidade é a primeira da fabricante fora da China.

Foi erguida pelo grupo pernambucano Total, com R\$ 130 milhões obtidos por financiamentos. Tem área construída de 60 mil metros quadrados e fica em um terreno de cerca de 210 mil m².

A capacidade instalada é de 150 mil unidades por ano e pode chegar a 250 mil. No Brasil, esta é a única fábrica de motos desse porte a se instalar fora da Zona Franca de Manaus. “Iremos empregar, a princípio, 250 profissionais, mas poderemos chegar a 350 empregos diretos”, afirma o diretor executivo da Shineray, Paulo Perez.

A Shineray fará 20 modelos diferentes, somados aí ciclomotores, motos, triciclos e

quadriciclos. A rede atual tem 250 pontos de venda e 150 concessionárias. Em 2014, a Shineray do Brasil S.A. registrou faturamento de R\$ 417 milhões.

A marca atua no Brasil desde 2005 e ganhou mercado com ciclomotores de 50 cc, que além do baixo custo têm a vantagem de poder rodar sem placa em vários municípios. A falta de fiscalização também joga a favor dessas motonetas, que já começam a zanzar sem licença até mesmo na cidade de São Paulo.

Parte da linha que a Shineray começa a montar tem desenho exageradamente parecido com o de motos Honda, como a Max 150 (semelhante à geração anterior da CG 150 Titan) e a Jet 50/125 (semelhante à Biz atual).

Audi e Land Rover têm veículos com menos ponto cego, diz Cesvi

30/06/2015 - Fonte: Automotive Business

O Audi S7 Quattro e o Land Rover Range Rover alcançaram as pontuações máximas entre os 12 veículos listados no Índice de Visibilidade, elaborado pelo Cesvi, Centro de Experimentação e Segurança Viária, que classifica os modelos com menos ponto cego a partir de suas condições de visão lateral, traseira e dianteira.

As novas tecnologias, como sensores e câmeras, também são consideradas na avaliação. As notas vão de 0 a 5 estrelas, sendo que 5 indica a melhor visibilidade.

Para elaborar o índice, os veículos são posicionados em uma área demarcada no chão, onde são dispostos objetos-padrão para cada tipo de área: as medições das áreas frontais são realizadas com um obstáculo de aproximadamente 110 centímetros de altura, que simula postes e tem altura aproximada de uma motocicleta. Já para a análise da visibilidade traseira, é utilizado um obstáculo de 60 centímetros de altura – correspondente à altura dos ombros de uma criança de 3 anos (uma vez que há muitos casos de atropelamentos de crianças, às vezes pelos próprios pais, na garagem de casa) por conta de uma visão traseira deficiente.

Esses obstáculos são utilizados para varrer a diagonal dianteira, lateral e traseira do veículo, identificando os pontos cegos do modelo. Essas áreas são calculadas e inseridas em fórmulas matemáticas para compor o índice. Quanto maior a área na qual é possível visualizar todos os obstáculos, melhor é a classificação do veículo no Índice de Visibilidade do Cesvi.

“O Índice de Visibilidade tem como principal objetivo subsidiar os consumidores com embasamento técnico, sendo mais um parâmetro para auxiliá-lo na escolha de veículos mais seguros”, diz Emerson Feliciano, superintendente técnico do Cesvi Brasil.

Em seu relatório, o Cesvi aponta que uma boa visibilidade da via, dos pedestres e do trânsito em geral ajuda na prevenção de acidentes, tornando a condução mais segura.

Veja abaixo os melhores classificados pelo Cesvi no Índice de Visibilidade:

Audi S7 Quattro: 5
Land Rover Range Rover: 5
Citroën C4 Lounge: 4,5
Jaguar XK R-S: 4,5
Volkswagen Golf: 4,5
Audi A3: 4
Citroën C4 Hatch: 4

Citroën C4 Picasso: 4
Ford Focus: 4
Honda Civic: 4
Honda Fit: 4
Peugeot 208: 4.

Ford aplica visão de 180 graus nos modelos S-Max e Galaxy

30/06/2015 - Fonte: Automotive Business



A Ford Europa equipou os modelos S-Max e Galaxy com uma nova tecnologia de câmera que permite ao motorista ter uma visão de 180 graus da frente do carro.

Chamado "Front Split View Camera" (câmera dianteira de visão dividida), o sistema permite identificar de modo antecipado a aproximação de veículos, pedestres ou ciclistas, reduzindo a possibilidade de acidentes em cruzamentos.

O equipamento é oferecido como opcional e estará em breve no modelo Edge. A câmera dá ao motorista um ângulo de visão que não se tem de dentro da cabine. "Todo motorista já passou pelo estresse de pontos cegos nos cruzamentos.

Um galho ou arbusto pode ser um problema", diz o engenheiro de sistemas eletrônicos de assistência ao motorista da Ford Europa, Ronny Hause.

O recurso é ativado por um botão. A câmera de 1 megapixel na grade dianteira dá ao motorista uma visão em tempo real de 180 graus na tela do painel.

O motorista pode ver quem ou o que se aproxima de ambos os lados da pista e passa na frente do veículo. A câmera com apenas 3,3 centímetros de largura conta com um lavador retrátil, acionado sempre que o limpador do para-brisa é ativado.

Dados do projeto SafetyNet do Observatório Europeu de Segurança nas Estradas mostram que 19% dos motoristas envolvidos em acidentes nos cruzamentos tiveram sua visão obstruída por algo.

Segundo o Departamento de Transporte do Reino Unido, a visão limitada por fatores externos contribuiu para 11% dos acidentes de trânsito em 2013.

"Testamos a câmera dianteira de visão dividida em todos os tipos de estradas, ruas congestionadas e áreas repletas de ciclistas e pedestres", diz Hause.

"Também fizemos testes em saídas de túneis, ruas estreitas e garagens em todas as condições de luz para garantir o funcionamento da tecnologia, mesmo com luz solar incidindo direto na lente", garante.

Iveco entrega 40 caminhões para bombeiros de São Paulo

30/06/2015 - Fonte: Automotive Business



Quarenta caminhões Iveco Tector modelo 170E28 foram entregues ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo no domingo, 28. Implementados com itens para atender as principais atividades da corporação, os veículos serão utilizados em ocorrências de combate a incêndio em diversas cidades do estado.

9 "Para a Iveco, é gratificante integrar os esforços dos Corpos de Bombeiros para tornar essa admirada instituição cada vez mais forte. A marca Iveco completou 40 anos na última semana, mas somos uma empresa que nasceu da união de outras tradicionais companhias, como a alemã Magirus, empresa detentora da mais alta tecnologia no desenvolvimento e na fabricação de veículos e equipamentos de resgate e combate a incêndios, fundada em 1864", afirmou Marco Borba, vice-presidente da Iveco para a América Latina, que esteve presente na cerimônia de entrega dos veículos, que contou com a presença do governador Geraldo Alckmin e do comandante geral do Corpo de Bombeiros de São Paulo, coronel Marco Aurélio Alves Pinto.

Entregues pela concessionária Iveco Cofipe, por meio de licitação pública, as unidades foram fabricadas sobre o chassi dos caminhões semipesados Iveco Tector 170E28 4x2, com motores NEF 6 de seis cilindros, da FPT Industrial, que desenvolve 280 cv de potência. O câmbio é o automático Alysson série 3000, de seis marchas.

O modelo é preparado com um tanque de 5 mil litros de água, bomba de incêndio com comandos automatizados de pressão e vazão, que fazem parte dos sistemas anti-incêndio da Iveco.

O recurso gerencia o bombeamento a partir da tecnologia TPG, um módulo eletrônico que troca informações com o motor e transmissão, gerenciando a pressão e o volume de água.

Segundo Marco Mello, diretor Iveco para veículos de combate a incêndio, o conjunto das configurações do Tector 170E28 foi um diferencial nas negociações durante o processo de licitação: "A Iveco está na vanguarda dos mais variados segmentos, sendo este setor de combate a incêndio um dos que mais evoluíram em termos de tecnologia, estando em linha com os elevados padrões internacionais".

Mello destaca que a automação de determinados dispositivos é peça fundamental no aprimoramento das atividades do Corpo de Bombeiros.

"O câmbio e o motor gerenciados eletronicamente permitem que os oficiais se concentrem exclusivamente na sua missão de salvar vidas, sem ter a necessidade de se preocupar com a troca de marchas ou no controle de pressão da água, como é o caso do sistema TPG", finaliza.

Governo publica resolução que reduz meta da inflação para 2017

30/06/2015 - Fonte: Automotive Business

O Diário Oficial da União publicou na edição de segunda-feira, 29, resolução que fixa a meta da inflação em 4,5% em 2017 e reduz de 2 pontos percentuais para 1,5 ponto percentual o intervalo de tolerância para cima ou para baixo no período. Com a decisão, o governo terá como objetivo manter a inflação em, no máximo, 6% em 2017.

A mudança foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no último dia 25. O governo usa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para estabelecer a meta de inflação. O Conselho não alterava a banda desde 2004, quando reduziu o limite de tolerância de 2006 de 2,5 para 2 pontos percentuais.

Definida a meta pelo CMN, cabe ao Banco Central procurar cumprir a meta, elevando, por exemplo, a taxa básica de juros ou os depósitos compulsórios dos bancos, que são os recolhimentos obrigatórios de parte do dinheiro em circulação ao Banco Central para reduzir os meios de pagamento. Se a meta de inflação estabelecida não é alcançada, a autoridade monetária é obrigada a informar, por carta, os motivos ao Ministério da Fazenda.

Outra decisão tomada na mesma reunião do CMN, publicada no Diário Oficial da União é a que decide elevar a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 6,0% para 6,5% para o terceiro trimestre de 2015.

A taxa é empregada nos empréstimos e financiamentos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O CMN é composto pelos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, e pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Grupo com sede nos EUA eleva participação em ações da Vale

30/06/2015 - Fonte: Automotive Business

A Capital Group International (CGI) comprou ações preferenciais da Vale e atingiu posição de 101.979.060 papéis, equivalente a 5,03 por cento do total desta espécie de ação, segundo comunicado da mineradora desta quinta-feira.

A CGI é uma holding de sociedades administradoras de investimento no exterior com sede nos Estados Unidos, pertencente ao grupo da Capital Research and Management Company (CRMC).

A CRMC, por sua vez, possui divisões independentes, como a Capital World Investors e a Capital Research Global Investors, que também administram ações preferenciais da Vale. A primeira detém o equivalente a 0,59 por cento dessa espécie de papel e a segunda, 6,17 por cento.

Montadoras e fornecedores buscam socorro bilionário de suas matrizes

30/06/2015 - Fonte: Valor Econômico

De tábua de salvação na crise financeira internacional de 2008/2009, quando o então pujante mercado local ajudava a socorrer multinacionais em dificuldades nos Estados Unidos e na Europa, a indústria automobilística brasileira se tornou dependente de seus controladores no exterior para financiar desde os projetos de longa maturação aos compromissos do dia a dia com fornecedores.

Ao mesmo tempo em que cortam as remessas de lucro ao menor nível em mais de uma década, as montadoras e seus grandes fornecedores de autopeças buscam como nunca o socorro das matrizes com o objetivo de dar continuidade a programas de investimento que já estavam em curso, bem como cobrir déficits provocados pelo descasamento entre o caixa gerado pelas operações e as contas que precisam ser honradas no curto prazo.

Desde o início do ano, as filiais brasileiras já receberam inéditos US\$ 2,36 bilhões → ou mais de R\$ 7,3 bilhões, pela cotação atual → em empréstimos feitos por companhias do mesmo grupo empresarial sediadas no exterior, os chamados "empréstimos intercompany".

O montante mais do que quadruplica as captações feitas por linhas corporativas internacionais em igual período de 2014 (US\$ 517 milhões), conforme mostram dados do Banco Central (BC).

Em outro canal de transferência de recursos, os investimentos estrangeiros diretos nessa indústria bateram recorde no ano passado, quando chegaram perto de US\$ 3 bilhões nos doze meses. A corrente é usada na capitalização não apenas de montadoras que estão chegando ao país, mas também daquelas que já estão há muito tempo instaladas.

Foi por esse caminho, por exemplo, que a Peugeot Citroën injetou, em 2014, quase R\$ 2,6 bilhões em recursos usados para pagar dívidas e, principalmente, reforçar o caixa da subsidiária instalada no Rio de Janeiro.

Com isso, desde o ano passado, os grupos automobilísticos globais injetam mais dinheiro do que retiram da indústria nacional de veículos, o que não acontecia desde 2005. Entre 2007 e 2011, período em que a grande recessão americana quase quebrou as gigantes General Motors (GM) e Ford, vender automóveis e peças no Brasil → um negócio em franca ascensão na época → rendeu a matrizes estrangeiras lucro de mais de US\$ 20 bilhões.

Quando a crise mudou de lado, os fluxos se inverteram. Só no ano passado, os aportes nas subsidiárias do Brasil superaram em US\$ 3,1 bilhões as remessas e os recursos que saíram do país para apoiar projetos de coligadas no exterior → em valores líquidos que já descontam uma pesada conta de US\$ 1,7 bilhão com a amortização da dívida assumida com os controladores. Em 2015, essa diferença já está em US\$ 1,4 bilhão no acumulado até maio.

Enquanto as captações alcançam marcas históricas (veja gráfico acima), os repasses de lucro das montadoras e dos grandes sistemistas de peças estão no patamar mais baixo em onze anos.

Nos cinco primeiros meses, a transferência dos ganhos obtidos no Brasil aos cofres dos controladores despencou para US\$ 108 milhões, 81% a menos do que em 2014 (US\$ 573 milhões em igual período) e apenas 8% do que era há dois anos.

Com o pior consumo de veículos dos últimos oito anos; gastos crescentes em indenizações trabalhistas, dado o agressivo ajuste de mão de obra nas fábricas; e custos mais altos das matérias-primas, em especial, a energia elétrica, a prioridade tem sido preservar o caixa, tornando mais escassos os recursos disponíveis à remuneração de investidores.

Em paralelo, diante do aumento dos juros no Brasil, recorrer a linhas de crédito corporativas tem se mostrado uma saída mais barata à maior necessidade de financiamento do capital de giro, o que explica a alta demanda por empréstimos das matrizes.

Segundo o dirigente de uma fabricante de autopeças de origem americana, que prefere não se identificar, as taxas nessa operação não chegam a metade dos juros cobrados por bancos brasileiros. E a companhia ainda tem a facilidade de saldar a dívida com a exportação de produtos.

Mercado vê forte desaceleração em 2016

30/06/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

O ciclo de aperto monetário promovido pelo Banco Central (BC) tem conseguido conter as expectativas inflacionárias de longo prazo. Parte dos analistas espera que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) volte para o centro da meta (4,5%) a partir 2017.

Para 2016, apesar de os economistas consultados no relatório Focus terem revisado a projeção do IPCA de 5,70% para 5,50% desde o início do ano e a perspectiva seja de desaceleração, o diretor de Política Econômica do Banco Central, Luiz Pereira Awazu da Silva, apontou na semana passada fatores "positivos e menos positivos" que podem explicar a relativa resiliência da inflação em relação à meta de 4,5%.

Entre eles, está a inércia inflacionária, que é alta no País. Para o economista chefe do Banco Fibra, Cristiano Oliveira, o fato de a inflação esperada para 2016, 2017 e 2018 ter recuado ou se mantido estável "é sinal de que o mercado está levando a sério a política monetária do Banco Central".

Estragos.

Enquanto há incertezas sobre a tendência do comportamento da inflação no médio e longo prazos, o fato é que uma política de alta de juros em busca de uma inflação menor no futuro provoca estragos na economia real. "A alta de juro é inócua.

A economia já está andando para trás", diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. "O aumento da Selic encarece o produto. Há o aumento do custo de capital de giro no processo de produção."

A pesquisa de Intenção de Investimento da Fiesp mostra que 29,7% dos recursos usados pelas empresas neste ano virão de terceiros. A combinação da alta de custo de capital e de insumos, afetados pelo câmbio e tarifas, levou, por exemplo, a fabricante de plásticos MVC a demitir 40% dos funcionários.

Embora a política monetária esteja custando caro para empresas e cidadãos, a pior opção, dizem analistas, seria o BC manter o mesmo tom dos primeiros quatro anos do governo Dilma Rousseff no combate à inflação.

Na avaliação de Heron do Carmo, professor da Faculdade de Economia da USP e um dos maiores especialistas em inflação, se o País não fizesse esse ajuste correria o risco de perder os ganhos obtidos desde a estabilização, proporcionados pelo Plano Real. "Sem o ajuste, correríamos risco de a inflação desgarrar. Já vimos esse filme."

Para Heron, o País está num baixo-astral econômico há mais de 30 anos, com períodos de crescimento a 4% e outros de 2% e a inflação em níveis altos. "Agora é a oportunidade de fazer um ajuste que coloque a inflação em trajetória de queda, recuando para 3% e, com isso, recuperar a possibilidade de que o País volte a crescer."

China pode aumentar compras da indústria

30/06/2015 - Fonte: Valor Econômico

O vice-primeiro-ministro da China, Wang Yang, disse que o país asiático está disposto a aumentar suas compras de produtos industrializados do Brasil. Uma missão chinesa inspecionou frigoríficos brasileiros para dar continuidade à anunciada reabertura do mercado asiático à carne bovina in natura produzida no país.

"A China está disposta a importar produtos de alta qualidade do Brasil, inclusive industrializados", afirmou Yang, na sexta-feira, após a IV Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Segundo ele, o principal objetivo da reunião é "concretizar e materializar" os acordos firmados no mês passado pela presidente Dilma Rousseff e pelo primeiro-ministro chinês, Li Keqiang.

"Tivemos conversas sinceras e chegamos a resultados positivos", comentou Yang. Para ele, a parceria Brasil-China é de longo prazo e com benefícios mútuos. Também na sexta, foi formalizado um fundo de US\$ 20 bilhões para financiamento de joint-ventures entre empresas brasileiras e chinesas, anunciado em maio.

"O destino desse fundo é o financiamento de projetos prioritários em logística e na indústria", disse o Subsecretário Geral Político II do Ministério das Relações Exteriores, José Alfredo Graça Lima. Desse montante, US\$ 15 bilhões virão da China e o restante do Brasil.

O embaixador disse que ainda não há data definida para a entrada em funcionamento do fundo, mas que "o desejo de ambas as partes é seguir adiante dentro do mais curto prazo".

Já sobre a ferrovia bioceânica, ele informou que foram relatados os resultados da primeira reunião tripartite, feita neste mês, e que a conclusão do estudo de viabilidade está prevista para maio do próximo ano.

Fábrica de máquinas agrícolas reduz produtividade para evitar demissões

30/06/2015 - Fonte: Valor Econômico

Tentando encontrar soluções para driblar a crise econômica e não sofrer prejuízos, uma fábrica de máquinas e equipamentos agrícolas de Batatais (SP) decidiu diminuir o ritmo da produção e, dessa forma, evitar demissões de funcionários. Com um dia a menos de trabalho, a empresa tenta adequar a fabricação ao baixo índice de vendas.

De acordo com o relatório divulgado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) referente ao mês de maio de 2015, a queda das exportações de maquinário foi de 35% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já as vendas internas reduziram 7% na mesma comparação. No acumulado dos últimos 12 meses, as exportações apresentaram baixa de 11,4%, a receita líquida interna caiu 9,5%, e o número de empregos 4,8%.

Os dados refletem o cenário registrado na 22ª Agrishow, uma das maiores feiras do agronegócio da América Latina, que fechou a edição deste ano com queda de 30% no volume de negócios, em relação à edição de 2014.

Foram cerca de R\$ 1,9 bilhão em vendas, contra R\$ 2,7 bilhões registrados no ano anterior.

Reduções

Diante da crise do setor, uma fábrica do ramo em Batatais reduziu em, pelo menos, 20% o ritmo da produção, restringindo o expediente dos funcionários bem como os dias “úteis” da empresa.

“Nossa intenção foi, com a redução de jornada e, conseqüentemente, a redução salarial, dar mais tempo para o empregado, ao mesmo tempo em que a empresa também consegue sobreviver um tempo maior nesta situação”, afirmou a diretora de marketing e estratégia Patrícia Morais. Com o corte de tempo de trabalho, os salários ficaram 16,67% menores.

Segundo ela, a decisão foi tomada após negociação com os 810 funcionários, que concordaram com as mudanças pensando também na dificuldade de recolocação no mercado de trabalho, mesmo em outras áreas.

“Desde a área da presidência, conselho, diretoria, todos foram afetados. Nós acreditamos que estamos no mesmo barco e imagino que se todas as empresas conseguissem agir dessa mesma maneira facilitaria a questão da empregabilidade a médio e longo prazo”, afirmou.

Dificuldades

Em certos casos, a queda significativa das vendas internas e exportações refletem a dificuldade enfrentada pelo produtor rural para obter crédito em instituições financeiras e o aumento da taxa de juros, que, em alguns casos, chegou até 11%. Dessa forma, ele não encontra meios de investir na própria produção e deixa de comprar maquinário.

“A minha ideia esse ano é zero investimento. O Brasil passa por uma situação difícil, o nosso setor sucroalcooleiro já vem de cinco, seis anos de crise, preços baixos e custos altos, sempre aumentando, então a gente espera que para o ano que vem a gente tenha melhoras, para voltar investir no nosso negócio”, explicou o produtor rural Roberto Rossetti.

Portaria que altera NR 12 é avanço, mas norma precisa de mudanças profundas

30/06/2015 - Fonte: Portal da Indústria

A indústria defende regras que protejam o trabalhador com um ambiente de negócios favorável à competitividade das empresas

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera como um ajuste pontual as mudanças feitas na Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12), conforme [portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, desta sexta-feira \(26\)](#).

A indústria reconhece a medida como um primeiro passo no amplo conjunto de alterações necessárias para a adequação da norma.

Ressalta, contudo, que as mudanças não resolvem o significativo impacto que a NR 12 trouxe para o setor produtivo brasileiro e que continuará a trabalhar para que a norma seja exequível técnica e financeiramente para as empresas do país.

Dentre as mudanças, destaca-se a simplificação de regras para micro e pequenas empresas.

Mas a solução para os problemas decorrentes da NR 12, vigente desde dezembro de 2010, perpassa pela adoção de mudanças mais incisivas e a revisão total do texto.

Para CNI, dois pontos são indispensáveis: a definição de uma linha de corte temporal, de forma que a norma se aplique a máquinas fabricadas e adquiridas após a vigência da norma; e a diferenciação de obrigações entre fabricantes e usuários (na interação com a máquina), como determina a boa prática internacional.

Para a CNI, padrões de segurança devem ser dinâmicos e atuais, para que incorporem e valorizem inovações tecnológicas disponíveis para oferecer o máximo grau de segurança aos trabalhadores do parque industrial.

Porém, a revisão da NR 12 teve como nobre objetivo alinhar os padrões nacionais aos aplicados na União Europeia e da América do Norte, acabou extrapolando seu paradigma e o novo marco se consolidou como norma inviável.

A indústria defende regras que, de forma equilibrada, assegurem a necessária proteção ao trabalhador com um ambiente de negócios favorável à competitividade das empresas. Acesse a Portaria clicando no link abaixo

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E3016B81E5C29/Portaria%20MTE%20n.%C2%BA%20857%20%28Altera%20a%20NR-12%29.pdf>

Indicadores ruins

30/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Quando um indicador tem desempenho negativo para o país, já é um problema. Mas, se todos pioram simultaneamente, tem-se um quadro econômico extremamente grave

Após a implantação do Plano Real, em 1994, o atual momento é aquele em que o Brasil conseguiu colher a maior safra de péssimos indicadores econômicos simultâneos. Entre os piores números, quatro merecem destaque: o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a inflação, o desemprego, o déficit público e o déficit externo.

Quando um desses indicadores tem desempenho considerado negativo para o país, já é um problema. Mas, se todos pioram simultaneamente, tem-se um quadro econômico extremamente grave, que precisa ser enfrentado com firmeza e medidas vistas como impopulares, pois não se corrige a piora nos quatro indicadores ao mesmo tempo sem doses de sacrifício do governo, das empresas e das pessoas.

Começando pelo PIB, o Brasil está na lamentável condição de ver três anos de PIB estagnado, sendo que 2015 caminha para apresentar queda de mais de 1% em relação ao ano anterior.

É um resultado desastroso, sobretudo porque o produto de 2014 não foi maior que o de 2013 e a população segue crescendo. É bem verdade que a fraca demanda internacional contribuiu para a queda das vendas e dos preços dos produtos brasileiros exportados, ajudando a piorar a situação interna.

Mas não foi somente a situação externa que criou problemas. Houve também redução da demanda interna, o que era esperado pelo fato de o consumo de anos anteriores ter sido estimulado por dívidas dos consumidores e não por aumento da renda do trabalho.

A piora dos indicadores econômicos tem sempre o desequilíbrio nas contas do governo como uma de suas principais causas

Embora os manuais de economia ensinem que redução na demanda força os preços para baixo, no Brasil houve elevação da inflação, a qual, apesar de a meta ser de 4,5%, deve bater a casa de 9,5% em 2015.

Essa contradição vem dos elevados reajustes dos preços da energia, dos combustíveis e do transporte coletivo, que haviam sido represados pelo governo para tentar segurar a inflação.

Não é a teoria econômica que está errada, mas sim o fato de esses preços não serem formados no livre jogo da oferta e procura; são preços administrados – ou seja, controlados – pelo governo.

Em um quadro de PIB caindo e inflação subindo, o aumento do desemprego foi a consequência natural; a taxa subiu, em maio, para 6,7% do total das pessoas em condições de trabalhar.

O nível de emprego é função direta do crescimento do PIB e da estabilidade da inflação, e o desemprego não pode ser resolvido de forma estrutural com remendos na legislação ou com incentivos tributários isolados. Para aumentar o nível de emprego, o PIB tem de crescer e os preços têm de ficar estáveis.

A piora dos indicadores econômicos tem sempre o desequilíbrio nas contas do governo como uma de suas principais causas, como vem ocorrendo no Brasil nos municípios, estados e União, que vão legar déficit nominal (receitas tributárias totais menos gastos totais, incluindo os juros da dívida pública) em torno de 4% do PIB neste ano, a ser financiado por aumento de dívida.

Nos últimos quatro anos de governo, os gastos correram soltos, com tendência de piorar em face do PIB estagnado e receitas tributárias fracas.

Para agravar as coisas, o balanço das relações do Brasil com o resto do mundo também não está bom. O saldo em transações correntes (diferença entre as exportações e as importações de mercadorias e serviços) atingiu o déficit de US\$ 95,7 bilhões nos últimos 12 meses.

As consequências do déficit externo são a redução das reservas internacionais do país, o que não é bom; e a elevação do preço do dólar, o que pode ajudar a recuperar parte das receitas perdidas em exportações, mas tem o efeito de forçar a inflação para cima em razão do aumento dos preços das importações.

Para tentar reduzir a perda de popularidade, o governo adotou a estratégia de insistir que a culpa é da crise internacional, o que é verdade apenas em parte. Como a demanda mundial caiu, os preços declinaram e, nesse sentido, o Brasil sofreu perdas cambiais.

Mas a maior parcela de responsabilidade vem dos erros internos – sobretudo o elevado descontrole nas contas do governo –, que causaram bom estrago e pioraram os efeitos da situação internacional sobre o Brasil.

Em resumo, os problemas brasileiros são de fabricação genuinamente nacional, e os erros de política econômica nos anos do governo Dilma Rousseff têm a maior parcela da culpa pela existência simultânea de indicadores ruins na economia. É hora de consertar o estrago.

Novos Projetos de Lei Federal

30/06/2015 - Fonte: FIEP

Interesse Geral da Indústria
Regulamentação da Economia
Direito de Propriedade e Contratos

Regulamentação da propriedade e posse em zona mista de ocupação rural

PL 1606/2015 do deputado Nilson Leitão (PSDB/MT)

Disciplina o adiantamento de custas, juros e outras despesas, relacionadas a ação civil pública

PL 1614/2015 da deputada Renata Abreu (PTN/SP)

Ampliação do RDC a todas as licitações da Administração Pública

PL 1821/2015 do deputado Valdir Colatto (PMDB/SC)

Alteração da definição de empresa individual de responsabilidade limitada

PL 1904/2015 do deputado Cleber Verde (PRB/MA)

Integração Nacional

Criação da Zona Franca de Rio Branco no Acre

PEC 67/2015 do deputado Alan Rick (PRB/AC)

Inclusão de municípios do Espírito Santo na Sudene

PLP 106/2015 do deputado Evair de Melo (PV/ES)

Questões Institucionais

Limitação de medidas provisórias por sessão legislativa

PEC 65/2015 do deputado Fábio Sousa (PSDB/GO)

Criação do Cadastro Nacional do Registro Comercial e do Sistema Nacional Unificado de Consulta de Dados Comerciais

PL 1566/2015 do deputado Irajá Abreu (PSD/TO)

Disciplinamento do Lobby

PL 1961/2015 do deputado Rogério Rosso (PSD/DF)

Meio Ambiente

Meta de aplicação de recursos nos programas relacionados aos recursos hídricos

PEC 66/2015 do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Inclusão do aproveitamento de águas pluviais como objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos

PLS 326/2015 do senador Donizeti Nogueira (PT/TO)

Reuso obrigatório de água em plantas industriais

PL 1675/2015 do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Criação de fundo nacional para a recuperação de nascentes

PL 1688/2015 do deputado Ronaldo Carletto (PP/BA)

Proibição de destinação em céu aberto de resíduos da construção civil

PL 1709/2015 do deputado Daniel Vilela (PMDB/GO)

Incentivo para a dessalinização de águas salgadas

PL 1799/2015 do deputado Roberto Sales (PRB/RJ)

Alteração das regras de cobrança pelo uso dos recursos hídricos

PL 1907/2015 do deputado Lúcio Vale (PR/PA)

Destinação de 10% dos royalties do petróleo para o meio ambiente

PL 1921/2015 do deputado Alan Rick (PRB/AC)

Susta portaria que estabelece a Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção

PDS 158/2015 do senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

Extingue a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção

PDS 184/2015 do senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)
Susta resolução que regulamenta proteção de APPs no entorno de reservatórios
PDC 107/2015 do deputado Josué Bengtson (PTB/PA)
Susta aplicação da resolução CONAMA sobre APPs
PDC 108/2015 do deputado Josué Bengtson (PTB/PA)

Legislação Trabalhista

Adicionais

Dispensa de norma regulamentadora do MTE para concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade
PLS 345/2015 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)

Dispensa

Requalificação por parte da empresa dos empregados demitidos em massa
PL 1826/2015 do deputado Tenente Lúcio (PSB/MG)

Duração do Trabalho

Tempo de espera do motorista profissional computado como jornada de trabalho
PL 1902/2015 do deputado Cleber Verde (PRB/MA)

Benefícios

Isenção de impostos sobre o auxílio alimentação pago em dinheiro
PL 1911/2015 do deputado Heráclito Fortes (PSB/PI)

FGTS

Movimentação da conta vinculada do FGTS para o FIES
PL 1816/2015 da deputada Leandre (PV/PR)
Movimentação da conta vinculada do FGTS para pensão alimentícia
PL 1864/2015 do deputado Uldurico Junior (PTC/BA)
Proibição de aquisição de debêntures do BNDES pelo FI-FGTS
PDC 116/2015 do deputado Mendonça Filho (DEM/PE)
Relações Individuais do Trabalho
Piso salarial do enfermeiro, da parteira, do técnico e do auxiliar de enfermagem
PL 1823/2015 do deputado Daniel Coelho (PSDB/PE)
Campanhas de planejamento financeiro para os trabalhadores
PL 1865/2015 do deputado Uldurico Junior (PTC/BA)
Cassação do CNPJ de empresas em razão de trabalho escravo
PL 1870/2015 do deputado Roberto Alves (PRB/SP)

Infraestrutura

Obrigatoriedade de realização de Análise de Impacto Regulatório pelas Agências Reguladoras
PL 1539/2015 do deputado Eros Biondini (PTB/MG)
Incentivos à geração distribuída de energia elétrica
PL 1610/2015 do deputado Diego Garcia (PHS/PR)
Exigência de sistema de energia solar e de reaproveitamento da água nas unidades residenciais e comerciais
PL 1868/2015 do deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
Prioridade à implantação de painéis fotovoltaicos em programas de eficiência energética
PL 1897/2015 do deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS)

Sistema Tributário

Carga Tributária, Criação de Tributos e Vinculação de Receitas

Impossibilidade da dedução de juros sobre o capital próprio
PL 1887/2015 do deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Obrigações, Multas e Administração Tributária

Benefícios fiscais para empreendimentos que se instalarem em pequenos municípios
PL 1807/2015 do deputado Laudívio Carvalho (PMDB/MG)

Infraestrutura Social

Previdência Social

Fator previdenciário ou regra 85/95 progressiva

MPV 676/2015 do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social".

Interesse Setorial

Agroindústria

Criação do Sistema Brasileiro de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro
PL 1670/2015 do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC)

Indústria Alimentícia e de Bebidas

Determinação de que os produtos alimentícios informem a presença ou não de glúten na frente da embalagem

PL 1516/2015 do deputado Hiran Gonçalves (PMN/RR)

Indústria Automobilística

Circulação de veículos de carga novos antes do registro e licenciamento

PL 1895/2015 da deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Indústria da Construção Civil

Obrigações de edificações instalarem telhados verdes e reservatórios de águas pluviais

PL 1794/2015 do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Limitação do prazo para análise dos relatórios de resultados, no âmbito da política de informática

PL 1803/2015 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Indústria da Mineração

Proibição do aproveitamento de abesto/amianto

PL 1556/2015 do deputado Goulart (PSD/SP)

Regime de aproveitamento de nióbio

PL 1581/2015 da deputada Gorete Pereira (PR/CE)

Indústria de Cosméticos

Fornecimento gratuito de protetor solar pelo SUS

PL 1832/2015 do deputado Goulart (PSD/SP)

Indústria de Energia Elétrica

Institui o Programa de Geração Distribuída nas Universidades

PL 1812/2015 do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Indústria de Telecomunicação

Obrigatoriedade de instalação de telefonia móvel com internet em comunidades rurais

PL 1549/2015 do deputado Evair de Melo (PV/ES)

Novos Projetos de Lei Estadual

Assuntos Econômicos

Direito do Consumidor

Dispõe que o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido ou preço divergente do anunciado terá o direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade.

PL 460/2015 de autoria do deputado Nereu Moura (PMDB).

Cooperativa agroindustrial investe R\$ 290 mi no PR

30/06/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Para elevar a capacidade de abate de aves e suínos e também a armazenagem de grãos, a Coopavel, cooperativa agroindustrial com sede em Cascavel (PR), investirá R\$ 290 milhões até 2016.

No segmento de proteína animal, um dos objetivos é aumentar a disponibilidade de produtos para o exterior.

Carro-chefe da cooperativa, a avicultura já tem hoje 50% do total destinado ao mercado externo, sobretudo para Ásia e Europa.

"O percentual [de embarques] tem nos ajudado a suportar bem esse período de queda do poder aquisitivo da população no mercado interno", afirma Dilvo Grolli, presidente da Coopavel.

O preço do frango no exterior registrou baixa de 12% do fim de 2014 até agora, mas a retração foi compensada pela valorização do dólar no período, segundo o executivo.

Na produção de suínos, a cooperativa vai ampliar o abate com a expectativa de que o Paraná receba, até 2017, o status de área livre de febre aftosa sem vacinação.

"Vai significar uma abertura muito grande nos mercados internacionais, como já ocorre com Santa Catarina. Queremos estar preparados para esse momento", diz.

O grupo também elevará em 25% a capacidade de estocagem de grãos (soja, milho e trigo) e insumos.

"Embora não haja novas fronteiras para plantio de soja no Estado, é crescente a produtividade por hectare."

Até 20% dos investimentos serão feitos com recursos próprios. O restante será financiado por BNDES, Caixa, Banco do Brasil e BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

Confiança da indústria cai 4,9% em junho e renova menor nível da série, diz FGV

30/06/2015 - Fonte: Reuters

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) brasileira recuou 4,9 por cento em maio e renovou o menor nível da série iniciada em outubro de 2005 ao mostrar fraqueza pelo quinto mês seguido.

O ICI caiu a 68,1 pontos em junho, contra 71,6 pontos em maio, quando teve queda de 1,6 por cento na comparação com o mês anterior, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta terça-feira.

"Embora os indicadores que retratam a situação presente dos negócios estejam caindo mais fortemente em junho, chama atenção a piora das expectativas, levando a um elevado grau de pessimismo em relação ao horizonte de três a seis meses", disse o superintendente adjunto para ciclos econômicos da FGV/IBRE, Aloisio Campelo Jr, em nota.

O Índice da Situação Atual (ISA) perdeu 5,6 por cento e chegou a 70,4 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) recuou 4,2 por cento, a 65,8 pontos. Ambos também chegaram ao menor nível da série.

Por sua vez, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada teve queda de 0,8 ponto percentual, chegando a 78,2 por cento em junho, o menor patamar desde abril de 2009 (78 por cento).

A fraqueza da produção industrial brasileira intensificou-se no início do segundo trimestre com queda de 1,2 por cento em abril na comparação com o mês anterior, com destaque para a debilidade dos investimentos.

ANTT publica regulamentação para transporte rodoviário interestadual e internacional

30/06/2015 - Fonte: Reuters

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou nesta terça-feira resolução que regulamenta a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros.

Segundo resolução publicada no Diário Oficial da União, poderão requerer autorização para a prestação do serviço empresas nacionais que satisfaçam as disposições da resolução, que entre outros pontos prevê requisitos como capital social mínimo de 2 milhões de reais quando a frota for constituída por no máximo dez ônibus, além de comprovação de qualificação técnico-operacional.

A análise dos pedidos será feita em até 45 dias úteis pela agência, contados a partir da data do protocolo de recebimento da documentação na ANTT.

O mercado tem acompanhado o tema do modelo de autorização das linhas interestaduais e internacionais de transporte rodoviário por conta de seu impacto nas vendas de empresas como a fabricante de carrocerias de ônibus Marcopolo.

Para ler a íntegra da resolução publicada nesta terça-feira, clique em aqui:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/06/2015&jornal=1&pagina=72&totalArquivos=88%3C/p%3E>

Grande BH terá fábrica de guindaste

30/06/2015 - Fonte: Jornal O Tempo

A maior produtora de guindastes do mundo, a chinesa Weihua Group, vai instalar sua primeira fábrica no Brasil no Vetor Norte da região metropolitana de Belo Horizonte. "No segundo semestre de 2015 eles já irão abrir um escritório na capital mineira, e as obras devem começar em 2016", afirma o diretor da Câmara Chinesa de Comércio do Brasil (CCB), Fernando Soares Elias Mourad.

A China pode investir até US\$ 15 bilhões em Minas Gerais no ano de 2015, segundo estudos desenvolvidos pela CCB. "Depois da vinda do primeiro-ministro, em maio, várias empresas chinesas, principalmente de infraestrutura, entraram em contato conosco", diz Mourad.

O diretor ainda cita que empresas de engenharia chinesas têm demonstrado interesse em projetos de energia solar para o Estado. Segundo Mourad, também são avaliados investimentos na área de construção civil e de maquinários pesados.

Os investimentos neste ano, porém, serão menores do que em 2014, quando a China investiu US\$ 23 bilhões só no Estado de Minas Gerais. Uma queda, portanto, de 34,7% no valor total recebido pelo Estado.

“Já sabíamos que neste ano os investimentos seriam menores. Estamos trabalhando para chegar aos US\$ 15 bilhões, mas não é uma meta que será fácil de ser atingida”, avalia.

O diretor acredita que a crise econômica que o país enfrenta é o principal dificultador para aumentar o investimento. “Na atual situação econômica, o Brasil é visto como um mercado de risco. Alguns investidores estão com o pé atrás.

A grande exceção são as empresas ligadas a infraestrutura, porque elas entendem que a demanda é muito alta. Elas sabem que cedo ou tarde, de um jeito ou de outro, o Brasil precisará de estradas e portos, vias de escoamento de sua produção”, explica o diretor.

Para o secretário adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Rogério Bellini, atrair investimentos chineses é tão importante para o Estado quanto exportar para aquele país. Porém, ele afirma que o diferencial na hora de trazer as empresas não será benefício fiscal.

“Oferecer um benefício fiscal que se diferencie está difícil para qualquer Estado, seja Minas, Rio de Janeiro ou São Paulo. Por isso estamos investindo para fazer diferença em logística, mão de obra e infraestrutura”, afirma o secretário adjunto.

O diretor da CCB acredita que os investimentos voltarão a crescer em 2016. “O cenário para o ano que vem é muito melhor. Passando essa fase de ajustes e feita a estabilização da economia, o mercado brasileiro fica muito mais atrativo para os chineses”, conclui Mourad.

Entre os projetos que estão gerando interesse de investidores chineses, Mourad destaca a ferrovia bioceânica que ligará o Brasil ao Peru. Entre os 35 acordos feitos entre Brasil e China durante a visita do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, em maio, ao Brasil, a ferrovia em parceria com a Vale foi uma das contempladas. Seu objetivo seria levar minério de ferro para a China sem a necessidade de contornar o continente pelo sul ou pelo norte.

Investimento

Em boa hora. A visita do primeiro-ministro chinês ao Brasil rendeu 35 acordos entre os países e a criação de um fundo de financiamento para infraestrutura de US\$ 53 bilhões.

Alteração da Lei referente retenção do PIS/COFINS/CSLL 4,65%

30/06/2015 - Fonte: Portal Contábil

Com a alteração da Lei 13.137/2015 de 19 /06/2015, as atividades que estejam no ROL das atividades obrigadas a retenção (PIS/COFINS/CSLL) e fature acima de R\$ 215,05, deverão aplicar a alíquota de 4,65% de retenção dos referidos tributos.

Lei nº 13.137/2015 - Reduz o limite para dispensa da retenção na fonte das contribuições sociais sobre prestação de serviços

A Lei nº 13.137/2015, resultante do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 668/2015, foi publicada em edição extra do Diário Oficial do dia 22/06/2015.

Dentre vários assuntos - Altera os artigos 31 e 35 da Lei nº 10.833/2003, para reduzir o limite legal de dispensa da retenção na fonte das contribuições sociais (CSLL, PIS e Cofins, conhecidas pela sigla CSRF no âmbito da Receita Federal do Brasil), incidente sobre os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de que trata o artigo 30 do mesmo diploma.

Este artigo 30 estabelece que "Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP."

Além disso, é importante transcrever os §§ 1º, 2º e 3º, os quais dispõem, respectivamente, sobre as pessoas obrigadas à retenção, as desobrigadas (as optantes pelo Simples Nacional) e a coexistência da obrigação quanto à retenção do imposto de renda na fonte pelas pessoas jurídicas:

"§ 1º O disposto neste artigo aplica-se inclusive aos pagamentos efetuados por:

I - associações, inclusive entidades sindicais, federações, confederações, centrais sindicais e serviços sociais autônomos;

II - sociedades simples, inclusive sociedades cooperativas;

III - fundações de direito privado; ou

IV - condomínios edilícios.

§ 2º Não estão obrigadas a efetuar a retenção a que se refere o caput as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES.

§ 3º As retenções de que trata o caput serão efetuadas sem prejuízo da retenção do imposto de renda na fonte das pessoas jurídicas sujeitas a alíquotas específicas previstas na legislação do imposto de renda."

Estas alterações entraram em vigor na data da publicação da Lei nº 13.137/2015, ou seja, desde o dia 22/06/2015. A partir desta data, a retenção fica dispensada quando o seu valor for igual ou inferior a R\$ 10,00, exceto na hipótese de DARF eletrônico efetuado por meio do SIAFI.

Lembramos que, pelo regime anterior, válido até o dia 21/06/2015, a dispensa ocorria apenas para os pagamentos de valor igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Com as alterações, foi revogado o § 4º do art. 31 da Lei nº 10.833/2003; ou seja, não existe mais a regra pela qual era obrigatória a soma de todos os valores pagos no mês, para efeito de cálculo do limite de retenção, na hipótese de ocorrer mais de um pagamento no mesmo mês à mesma pessoa jurídica, compensando-se o valor retido anteriormente.

O prazo para recolhimento das contribuições sociais retidas durante o mês também foi alterado, mediante nova redação conferida ao art. 35 da Lei nº 10.833/2003.

Conforme a antiga redação, os valores retidos deveriam ser recolhidos pelas tomadores "até o último dia útil da quinzena subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço".

Pela nova redação, o prazo passa a ser "até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica prestadora do serviço.

Crise se agrava no setor mineiro de fundição

30/06/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Depois de demitir cerca de 5 mil funcionários do ano passado até agora, a indústria mineira de fundição está reduzindo a jornada de trabalho na tentativa de manter os empregos. Com isso, algumas empresas operam apenas de segunda-feira a quinta-feira, mas outras não resistiram e fecharam as portas.

"A tendência é piorar. Estamos, através da Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), tentando fazer os empresários manter os negócios, mas está difícil.

A situação é grave e de descrédito em uma melhora ainda neste ano", afirmou o presidente do Sindicato da Indústria da Fundição no Estado de Minas Gerais (Sifumg), Afonso Gonzaga.

Ele lamentou que, além dos encargos trabalhistas, o custo para recontratar e capacitar trabalhadores em caso de uma recuperação da atividade e da própria economia é muito alto por se tratar de pessoas com elevado nível de qualificação.

Além disso, Gonzaga lembrou que o setor convive com um aumento na casa dos 40% nas contas de energia elétrica, o que prejudicou ainda mais a competitividade das empresas nos mercados interno e externo.

"Três empresas de Cláudio (Centro-Oeste) fecharam as portas e várias outras na região estão reduzindo a carga horária e operando só de segunda a quinta-feira, por exemplo, para tentar remediar o problema. Mas isso não é a solução e o quadro pode piorar", disse o representante do setor.

"Três empresas de Cláudio (Centro-Oeste) fecharam as portas e várias outras as portas e várias outras na região estão reduzindo a carga horária"

O presidente do Sifumg lembrou que, pelas "mãos" da Fiemg, foi entregue um documento, com uma série de reivindicações do setor e do parque industrial mineiro como um todo, ao ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Entre outros assuntos, a indústria de fundição pede o aumento da fiscalização na entrada de produtos fundidos importados no País.

Conforme Gonzaga, muitas mercadorias que usam peças fundidas, como motores, conjuntos de freios e embreagens, entram no mercado doméstico sem ser consideradas fundidos por uma questão de nomenclatura e acabam prejudicando a produção estadual e nacional. Só no ano passado desembarcaram 1,6 milhão de toneladas de fundidos no Brasil.

Se este volume fosse dividido entre os quatro principais polos produtores do País - São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina -, a produção estadual poderia ter sido de aproximadamente o dobro. No entanto, o parque de fundição mineiro está operando com não mais do que metade da capacidade instalada.

Exportações - Outra reivindicação presente no documento entregue ao ministro tem a ver com a desburocratização relativa à exportação de material fundido, o que, no momento atual, com dólar valorizado, poderia significar um alento para o segmento. Até o momento, o ministro não se posicionou sobre as pautas do parque de fundição.

No ano passado, a produção mineira de fundidos atingiu 697 mil toneladas, volume 40% abaixo da registrada em 2013 e equivalente à de 2009, quando o setor atingiu o pior nível

dos últimos 20 anos, em decorrência da crise financeira que começou em setembro de 2008.

Um dos motivos que levou o setor a chegar a este ponto - e que ajuda a impor perspectivas pessimistas para as fundições do Estado - é o momento difícil pelo qual passa a indústria automotiva nacional, que responde por pelo menos 60% do consumo de fundidos no País e em Minas.

Desde o ano passado, frente às sucessivas quedas nas vendas e com nível de estoque elevado nos pátios, as montadoras instaladas no Estado anunciaram férias coletivas, *lay-off* (suspensão de contratos de trabalho) e programas de demissão voluntária, o que provocou a redução da produção de 2014. Esses tipos de movimentos se agravaram ainda mais neste ano.

Além disso, outro setor importante para a indústria de fundição, o agronegócio, reduziu consideravelmente o ritmo de encomendas e a área de saneamento básico está praticamente parada.

"O corte anunciado no Ministério das Cidades certamente impacta nos investimentos públicos em saneamento, especialmente os ligados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)", pontuou.

Mercedes garante por um ano os empregos em Juiz de Fora

30/06/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Os cerca de 800 postos de trabalho na unidade da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, na Zona da Mata, estão assegurados pela montadora por, pelo menos, um ano. Em acordo firmado com o sindicato dos metalúrgicos da cidade, a empresa garantiu os níveis de emprego até junho do ano que vem, além do pagamento de R\$ 5 mil referentes a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Também ficou definida a abertura de uma nova turma de *lay-off* ainda neste exercício e outra em 2016.

As informações foram confirmadas pelo sindicato e pela própria companhia. Na avaliação do diretor da entidade, Antônio Carlos Nascimento Souza, a garantia de emprego beneficia a categoria mediante o cenário econômico adverso e a estimativa de produção inferior a 7 mil unidades neste ano.

"Trata-se de uma grande conquista, principalmente diante do atual cenário. Já vínhamos negociando em nome da categoria com a empresa há mais de dois meses e agora tivemos uma definição", diz.

No fim do mês passado, os operários já tinham aceitado as propostas, mas mantinham a exigência de manutenção dos empregos na unidade, que foi aceita pela Mercedes na última quinta-feira.

Conforme informações da assessoria de imprensa da montadora, os R\$ 5 mil referentes ao PLR serão pagos em duas parcelas: R\$ 3 mil em 20 de agosto e R\$ 2 mil, em 20 de fevereiro de 2016.

Já em relação à abertura de duas novas turmas de *lay-off*, a assessoria confirmou que a primeira ocorrerá entre julho e novembro deste ano, envolvendo 75 funcionários. Já a segunda, de dezembro a abril, em número ainda não confirmado.

De maneira geral, as montadoras instaladas em Minas Gerais têm amargado resultados

negativos neste ano, conforme dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

Somente as vendas de caminhões da Mercedes-Benz caíram 43,6% nos primeiros cinco meses deste ano contra igual período de 2014. Foram comercializadas 7.848 unidades, ante 13.936 veículos no exercício passado.

Em maio, as vendas da companhia cresceram 2% em relação ao mês imediatamente anterior, passando de 1.629 unidades para 1.662 veículos. Por outro lado, na comparação com o mesmo intervalo de 2014, quando foram 3.355 emplacamentos, houve retração de 50,4%.

Na planta em Juiz de Fora são produzidos os modelos Accelo e Actros. A unidade pode produzir até 50 mil caminhões anualmente e conta com cerca de 750 funcionários.

Crusader estenderá extração de minério de ferro em Caeté

30/06/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A australiana Crusader Resources anunciou ontem que assinou um acordo para extrair minério de ferro em uma área vizinha da mina de Posse, em Caeté, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A exploração do terreno anexo é um dos pré-requisitos para o desenvolvimento do projeto da mineradora.

"Estamos muito satisfeitos por ter assinado este acordo, uma vez que nos permite estender a mineração em Posse para zonas onde sabemos que há minério rico e de alta qualidade", informa, em nota, o diretor administrativo da companhia, Rob Smakman. Com o contrato, a vida útil da mina deverá ser estendida, dentro dos limites de cava atualizados.

O minério que será extraído na área será utilizado para criar produtos específicos para atender às necessidades de clientes. Além disso, o acordo permitirá uma melhoria na qualidade dos produtos ofertados pela Crusader.

O diretor da empresa ressalta a importância do empreendimento para a companhia. Conforme ele, no último trimestre a mina contribuiu para um fluxo operacional de caixa de US\$ 7,3 milhões, com receita de aproximadamente US\$ 21 milhões no período.

Smakman lembra que o projeto foi adquirido pela multinacional por 2,3 milhões de dólares australianos (US\$ 1,6 milhão). O desenvolvimento do empreendimento recebeu aportes adicionais de 3,1 milhões de dólares australianos (US\$ 2,3 milhões).

Na sua avaliação, estes números representam um retorno "fantástico" para todas as partes interessadas.

Além disso, conforme o executivo, vem sendo registrada uma recuperação constante da procura por produtos de qualidade por parte dos produtores de ferro-gusa no mercado interno.

Isto abre a possibilidade de expandir as operações para atender ao aumento da demanda.

Oportunidades - Além deste acordo, a Crusader acredita que há uma série de oportunidades de qualidade disponíveis para incrementar seletivamente seus negócios de minério de ferro.

De acordo com a mineradora, uma parte delas surgiu em função do cenário atual enfrentado pelo segmento, com queda significativa dos preços internacionais do insumo siderúrgico.

O cenário acaba por afastar investidores deste mercado. "O fluxo de caixa positivo e a experiência operacional coloca a Crusader em uma posição forte para considerar novas oportunidades compatíveis com as operações existentes e equipe de gestão", informa a empresa em nota.

As operações no complexo minerário da RMBH foram iniciadas em março de 2013. A licença de operação (LO) da companhia permite uma produção de 400 mil toneladas anuais. Atualmente, a Crusader comercializa minério de ferro pronto para entrega (DSO, da sigla em inglês) no mercado doméstico.

No ano passado, informações que circularam na imprensa internacional dão conta que a empresa está ampliando sua produção para 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro/anuais.

O empreendimento ocupa uma área de 109,36 hectares e tem a estrutura composta por cava a céu aberto, escritório, planta de beneficiamento, pátio de estoque de produtos e estacionamento.

Usiminas fechará sede às sextas-feiras para reduzir custos

30/06/2015 - Fonte: Reuters

A sede da Usiminas em Belo Horizonte (MG) não funcionará às sextas-feiras a partir de 3 de julho durante três meses, período que pode ser prorrogado.

A medida visa adequar os custos de pessoal e a melhoria da competitividade da Usiminas no atual cenário de mercado, disse a empresa, em comunicado.

Em maio, a siderúrgica informou que iria abrir negociação com sindicatos para reduzir a jornada, com objetivo de preservar postos de trabalho e após decisão de desligar dois alto-fornos.

A sede em Belo Horizonte tem cerca de 500 empregados que trabalharão de segunda a quinta-feira, segundo informações da assessoria de imprensa da Usiminas.

As vendas de aço bruto no mercado interno em maio foram de 1,527 milhão de toneladas, recuo de 22,2 por cento na comparação anual, segundo o Instituto Aço Brasil (IABr). A produção brasileira no período somou 2,982 milhões de toneladas, crescimento de 3,1 por cento sobre um ano antes.

Na semana passada, os empregados administrativos do escritório da Usiminas e Usiminas Mecânica na capital mineira aprovaram em assembleia a proposta de redução da jornada em um dia útil por semana, com redução proporcional do salário.

No acordo, a Usiminas propôs garantia de emprego de no mínimo 95 por cento dos empregados administrativos durante a vigência da medida. A empresa não informou se houve demissões.

A Usiminas disse que segue aberta a negociações com sindicatos nas usinas de Ipatinga e Cubatão - onde os alto-fornos foram desligados.

Vallorec deve eliminar 3º Turno no Barreiro

30/06/2015 - Fonte: Reuters

Afetada pela crise do setor siderúrgico no País, a francesa Vallourec avalia eliminar, no segundo semestre, um turno de produção na usina do Barreiro, em Belo Horizonte, além de abafar um alto-forno no início do próximo ano.

A medida coloca em risco cerca de 800 postos de trabalho, conforme informações do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

De acordo com o diretor da entidade Aguinaldo Barbosa Machado, a empresa informou ao sindicato que a medida deverá ser aplicada nas laminações contínua e na automática, que deixarão de operar no terceiro turno. A empresa é responsável por aproximadamente 4 mil postos de trabalho.

O sindicalista disse que a siderúrgica está disposta a negociar para evitar demissões no complexo do Barreiro. A primeira reunião entre representantes da companhia e do sindicato está agendada para amanhã.

Segundo o diretor do sindicato, a Vallourec deu a entender que a decisão foi motivada por um conjunto de fatores. O primeiro deles é a retração na demanda por parte da Petrobras, já que é um dos principais fornecedores de tubos para o setor de óleo e gás. Outro fator é a crise enfrentada pela indústria automotiva no Brasil.

Além disso, a companhia registra queda no volume de pedidos no mercado internacional. A Vallourec foi procurada pela reportagem, mas até o fechamento da edição não se pronunciou sobre o assunto.

Já em Jeceaba, Campo das Vertentes, informações divulgadas em maio dão conta que a VSB Tubos do Brasil, joint venture entre a Vallourec e a japonesa Sumitomo, suspendeu o contrato de 1,4 mil trabalhadores neste mês. Os funcionários ficarão cinco meses afastados.

Usiminas - Outra empresa que vem adotando medidas para ajustar a produção ao atual cenário é a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas). A companhia propôs a redução da jornada e dos salários para cerca de 3 mil trabalhadores.

Ontem, a Usiminas informou que a sede em Belo Horizonte não irá funcionar às sextas-feiras a partir de 3 de julho. A medida tem prazo de três meses e pode ser prorrogada pelo mesmo período.

Dados do Instituto Aço Brasil (IABr) apontam que consumo aparente recuou 10,9% entre janeiro e maio na comparação com o mesmo intervalo de 2014, atingindo 9,9 milhões de toneladas.